

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER: INTERFACES E PERSPECTIVAS DE SUAS ATUAÇÕES NO MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM/RN¹

Fábio Henrique de ANDRADE (1)

(1) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Rua Sargento Noberto Marques, 12, Centro, Parnamirim-RN, e-mail: fabiohdandrade@hotmail.com

RESUMO

A problemática atual das políticas públicas de esporte e lazer e a compreensão de como se dá a relação dessas políticas com a sociedade apresentam questões que merecem destaque. A importância em se tratar esse tema no município de Parnamirim/RN, especificamente em dois de seus bairros, Cohabinal e Nova Esperança, justifica-se pelo fato de que não há estudos com essa perspectiva na cidade. Dessa forma, foram então verificados os princípios norteadores das políticas públicas desse município, o direcionamento dessas políticas para o âmbito do esporte e lazer, os canais de comunicação utilizados e, por fim, a participação popular em fóruns/debates e no orçamento participativo. Em nosso estudo tivemos como objetivo analisar e discutir as perspectivas de atuação das políticas públicas de esporte e lazer, e suas interfaces com a comunidade, configurando nosso trabalho como uma pesquisa de campo de caráter qualitativo. Adotamos como procedimentos metodológicos entrevistas semiestruturadas com a população dos bairros, com o Presidente da Associação de Moradores da Cohabinal, com o Líder Esportivo de Nova Esperança e com o Gestor em Esporte e Lazer da cidade. Fizemos também um estudo analítico, bem como a observação direta dos locais estudados. O estudo mostra que não existem políticas públicas de esporte e lazer pautadas em princípios e diretrizes que norteiem suas ações, estando essas relacionadas a eventos de caráter esportivo promovidos pela secretaria, e que as demandas populacionais também se encaixam nessa característica.

Palavras-chave: políticas públicas de esporte e lazer, canais de comunicação, participação popular.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, observamos que os diálogos a respeito de políticas públicas já vêm sendo desenvolvidos desde o século XX. Contudo, as discussões mais importantes no tocante às políticas públicas de esporte e lazer ocorreram somente a partir do ano de 2004, com a realização da 1ª Conferência Nacional de Esporte e Lazer (BRASIL, 2009). Desse modo, a preocupação com o esporte e o lazer tomou um sentido mais amplo, e é por isso que algumas cidades brasileiras, como Porto Alegre e Recife, já procuram promover fóruns, debates, encontros etc., para o aprofundamento dessa temática, (SILVA, E., 2001).

Por esse motivo, observamos que a questão das políticas públicas de esporte e lazer nos coloca diante de um assunto que precisa ser pensado de maneira a contribuir positivamente com a sociedade. Para isso, faz-se necessário o entendimento das diversas dimensões que envolvem a questão, como os espaços e equipamentos públicos destinados ao lazer, a gestão participativa e, por fim, a compreensão de que as políticas públicas de esporte e lazer podem atuar e promover o desenvolvimento da sociedade, dentro do contexto espacial do lazer na cidade.

A fim de contribuir com essas discussões sobre as políticas públicas da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SEMEL), em Parnamirim/RN, esse estudo tem como finalidade discutir e analisar os desafios que

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Lazer e Qualidade de Vida do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, para obtenção do título de Tecnólogo em Lazer e Qualidade de Vida.

essa temática enfrenta, bem como as ações que essa secretaria tem promovido para a população da cidade, mais especificamente, no bairro Cohabinal e no bairro Nova Esperança. Assim, considerando-se as novas exigências e complexidades da sociedade contemporânea é que se parte dos princípios da descentralização político-administrativa e da participação da sociedade.

Com isso, frente à realidade analisada, pretendemos apontar alternativas viáveis, no que se refere à atuação da referida secretaria, para que sejam inseridas políticas que visem à participação popular, junto ao poder público, na elaboração de ações e projetos de interesse comunitário.

Assim, o principal questionamento que norteia esse estudo é: como a população dos bairros Cohabinal e Nova Esperança, no município de Parnamirim/RN, percebe as políticas públicas de esporte e lazer da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, e quais elementos norteiam suas ações nessas comunidades? Com o intuito de compreender essa questão, foi realizada uma análise onde apontamos a oferta de ações, enquanto políticas públicas de esporte e lazer, dessa secretaria para as comunidades.

Nesse sentido, os objetivos desse estudo foram: analisar e discutir as perspectivas de atuação das políticas públicas de esporte e lazer e suas interfaces com a comunidade, identificar as instâncias de participação popular na elaboração de políticas públicas, verificar como se processa a participação da comunidade na construção das políticas públicas de esporte e lazer e discutir sobre os princípios e diretrizes das políticas públicas implantadas no município.

Em nosso estudo, a análise e a discussão sobre as políticas públicas de esporte e lazer no município de Parnamirim foram feitas por meio de uma pesquisa de campo de caráter qualitativo. Tal pesquisa é um estudo analítico, composto pelo levantamento de dados, realizado através da observação direta, e de entrevistas semiestruturadas aplicadas junto ao Coordenador de Esporte e Lazer, da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Parnamirim, ao Presidente da Associação de Moradores do bairro Cohabinal e ao Líder Esportivo do bairro Nova Esperança.

A pesquisa aconteceu, primeiramente, através de visitas a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, as quais tinham o intuito de obter as informações necessárias para a análise, por meio do Coordenador de Esporte e Lazer e de seu secretário, que também contribuiu para esse trabalho. Com esse mesmo objetivo, posteriormente foi feito o contato com Líder Esportivo de Nova Esperança, onde conseguimos coletar as informações necessárias ao nosso estudo, e, por fim, com o Presidente da Associação de Moradores da Cohabinal, onde as informações foram repassadas e colhidas.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER: UMA VISÃO SOBRE ALGUNS PRINCÍPIOS NORTEADORES

As políticas públicas, de uma maneira geral, não constituem um assunto que surgiu recentemente. Ao contrário, tais políticas tiveram início bem antes do que se imagina. Diante dessa afirmação, Amaral (2004) mostra que as políticas públicas de esporte e lazer datam do século XX, com o surgimento dos Jardins do Recreio, nas cidades de Porto Alegre e de São Paulo. Desse período até os dias atuais, muitas concepções e ideologias pautaram as ações e discussões no campo das políticas públicas de esporte e lazer.

A partir disso é que se aborda a questão das políticas públicas, pautadas em conceitos, objetivos, diretrizes e princípios, de forma que se possa compreendê-las e, posteriormente, situá-las no âmbito do esporte e do lazer. Então, de acordo com Menicucci (2006, p. 141) política pública:

Diz respeito à ação das autoridades públicas na sociedade, referindo-se àquilo que os governos produzem, para alcançar determinados resultados, através de alguns meios. Nessa concepção, políticas públicas remetem a um conjunto de decisões e a um conjunto de ações para implementar aquelas decisões.

Trazendo as políticas públicas para o âmbito do esporte e do lazer, duas situações nos chamam atenção. Elas se referem ao tipo de direcionamento que o poder público tem dado a essa temática, e se a população tem conhecimento do que tem sido feito nesses seguimentos, pois, como mostra Pinto (2003), a sociedade ainda é muito conformista, não está suficientemente educada para as ações nesses campos.

Sendo assim, quem trabalha o esporte e o lazer como forma de política social e como direito do cidadão deve preocupar-se em conceber artifícios que possam inserir a sociedade dentro desse contexto, objetivando com isso que todos os sujeitos envolvidos possam conhecer e participar das ações que a gestão pública tem

realizado ou pretende realizar. Para tanto, é importante ampliar a visão restrita que se tem do esporte e do lazer, além de superar o conformismo pela crítica construtiva e pela criatividade.

Dentro dessa vertente de pensamento, podemos observar uma implicação clara que essa questão traz. Trata-se do lugar onde o poder público tem colocado a temática do esporte e do lazer. Como já foi mostrado, com relação às agendas governamentais, observamos que esses seguimentos permanecem em última instância dentro das prioridades da gestão pública. É assim que Zingoni (2003, p. 218) aponta que “esporte e lazer ainda são setores de menor importância nos planos de governo [...]”.

De fato, essa é uma das barreiras e um dos desafios a serem enfrentados na construção de políticas públicas de esporte e lazer direcionadas à sociedade. Infelizmente, esse assunto não tem sido tratado com a devida importância, tendo como reflexo o fato de que ainda não é tão comum a realização de fóruns ou debates permanentes que possibilitem uma melhor formação política sobre esporte e lazer, ou clareza nos aspectos pedagógicos e políticos que norteiam ações democráticas em defesa da cidadania realizadas pelos gestores junto à população (ZINGONI, 2003).

Porém, o ano de 2004 mostrou uma situação que apresentou contornos diferentes, trazendo contribuições importantes no tocante às políticas públicas de esporte e lazer, pois no referido ano houve uma mudança expressiva nesses âmbitos, devido à realização da 1ª Conferência Nacional do Esporte. Podemos citar um ponto bastante positivo em sua realização, que foi a publicação da Carta de Brasília, que representou um momento histórico para o esporte e o lazer no país, pois, até então, não tinham ocorrido discussões com a participação da sociedade no processo de formação de políticas públicas no seguimento do esporte e do lazer (BRASIL, 2009).

Mas ainda é necessário que sejam construídos meios em que se possa reafirmar o sentido e o significado do esporte e do lazer na sociedade, de maneira que tanto um quanto o outro venham a ser considerados como seguimentos que merecem atenção por parte do governo e da sociedade, assim como de bem-estar e de qualidade de vida para uma população. Para isso temos que ter em vista que os sujeitos não são meros expectadores ou ouvintes, pelo contrário, eles são o elemento principal envolvido nas ações que serão desenvolvidas no âmbito do esporte e lazer.

Ao se pensar nesse âmbito como política pública, verifica-se que outros seguimentos estão envolvidos, por exemplo, as questões relacionadas à jornada de trabalho, aos espaços e equipamentos direcionados ao lazer, ao tempo disponível para esse lazer, etc. Assim, constata-se que o lazer e o esporte estão relacionados a outras questões sociais, por isso não se deve pensar esses âmbitos de maneira independente, é preferível que possam estar interligados e que trabalhem em conjunto, pois ações que ocorrem sob a ótica da parceria têm resultados mais significativos. Para isso, consideramos a necessidade de discussões de um conjunto envolvido e interessado em políticas que tenham a finalidade de proporcionar melhores condições de lazer. Esse conjunto deve ser formado pelos atores sociais (individuais e coletivos) e governamentais, os quais devem estabelecer consensos sobre todas as questões que envolvam o esporte e o lazer, para que por fim sejam definidas as políticas públicas nessas áreas (MENICUCCI, 2006).

Temos em vista, também, que as propostas de trabalho no campo do esporte e do lazer não podem restringir-se apenas à elaboração de projetos, programas e ações, sem uma prévia análise da realidade da população a que se destinam. Dessa forma, a criação de políticas públicas de esporte e lazer que cumpram o relevante papel social está mais uma vez em foco, de forma que sejam propiciadas melhores condições, que tenham como meta um resultado positivo e definitivo para a população, minimizando o caráter assistencialista das ações do poder público. Assim, para que esses resultados possam aparecer, Zingoni (2003) sugere a implantação de uma gestão participativa, que tem como princípios básicos, segundo ela, a descentralização dos órgãos de gestão pública e o foco de atenção voltado para a família e para a comunidade local, assim como a participação direta da família.

Por fim, consideramos que as políticas públicas de esporte e lazer devem ser pensadas e concebidas por meio de uma visão ampliada mediante a participação de vários seguimentos públicos, principalmente da população, pois a realidade não muda por si só. Assim sendo, por meio dos nossos contatos diários temos a possibilidade de mudar a nossa forma de pensar, agir e lidar com as diferenças.

3 GESTÃO PARTICIPATIVA E DEMOCRATIZAÇÃO POPULAR: UMA PROPOSTA DE ATUAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER

O período de Ditadura Militar, aqui no Brasil, que teve início na década de 1960, foi um tempo em que a nação foi assolada pelo medo, ocasionado pelos atos institucionais, diminuindo a liberdade e as garantias individuais das pessoas, “em nome da segurança nacional”. Essa ocorrência gerou o descontentamento da população brasileira, que conviveu 21 anos com esse regime (1964-1985). A fim de superar a insatisfação dessa população, a partir do ano de 1982 as primeiras articulações para que houvesse eleições diretas começaram a ser realizadas, mas somente em 1985, através da mobilização popular, o povo vai às ruas exigir o direito de votar. As eleições acontecem pela força das movimentações populares, resultando na implantação do regime democrático (GONÇALVES; SOUZA, 2009).

Os anos da década de 1980 ainda foram marcados por mudanças no sistema capitalista brasileiro, o que aumentou as desigualdades sociais, contribuindo ainda mais para o clima de insatisfação dos brasileiros. De um lado o capitalismo, onde indivíduos são tratados como mercadorias, não tendo identidade própria, minimizando sua participação na sociedade, do outro a sociedade que se organizou e se mobilizou para resistir a esse sistema. Em compensação, no ano de 1988 a Constituição Brasileira veio a contribuir para ampliação da participação política através dos partidos políticos, dos movimentos sociais, entre outros, pois o que havia era a participação restrita da população dentro do governo, que funcionava como receptor de opiniões e sugestões técnicas ou políticas dos sujeitos, não havendo espaço para a participação plena dessas pessoas. O fato de a nossa constituição ter assinalado o modelo de democracia participativa colaborou com o desejo de se colocar na prática esse novo modo de atuação, visto que permitia que as pessoas participassem como atores sociais autônomos, organizados por suas entidades e movimentos representativos com capacidade de intervenção e definição das políticas públicas.

Tal fato aponta que a sociedade deve participar do conjunto da formulação de políticas, o que vai além de uma colaboração, permitindo que a população venha a atuar como co-gestora. Além disso, é imprescindível que existam ações concretas dessas políticas, afim de que possam sair do papel, colaborando com a formação de sujeitos mais críticos. Isso tem a ver com o respeito à decisão e à opinião do sujeito social, gerando espaços de decisão de políticas públicas, devendo ocorrer em âmbito local, estadual ou mesmo federal, aumento os direitos efetivos do cidadão (WANSETTO, [200-?]).

Sendo assim, consideramos que tal processo é um meio que busca aproximar o funcionamento do poder público e os cidadãos. Isso pode ser principiado pelos órgãos centrais, como uma prefeitura, e posteriormente os demais órgãos que a compõe, órgãos de gestão das políticas públicas municipais de esporte e lazer, de gestão de políticas públicas em meio ambiente, e assim por diante.

Ao contrário da centralização, a descentralização visa o fortalecimento entre canais de comunicação, o que favorece a promoção do diálogo direto dentre as instâncias nas quais estejam todos os sujeitos envolvidos dentro de um processo. Por isso se faz necessário lutar por um processo mais democrático, em que haja contribuição das pessoas junto a todas as instâncias que defendam seus interesses. Com essa mesma visão, Bonalume (2007, p. 79) afirma:

O Estado será democrático na medida em que a população tenha mais consciência de seu dever e do direito ao exercício pleno da participação e, conseqüentemente, da democracia e o Estado esteja voltado para o agenciamento da vontade geral, para o interesse público e não para determinados grupos que estão no poder ou mesmo que são parceiros para que este poder se mantenha.

Para Lima, M. (2007, p. 114) afirma que “para isso não basta, apenas, ficar esperando por ações patrocinadas pelos governos: é preciso muito mais, é necessário começar pelas pequenas ações e mudanças no dia-a-dia de cada um”. Estabelecer uma sociedade democrática constitui uma das finalidades da participação popular, por isso é importante refletir sobre a organização pública e social, no que diz respeito aos seus relacionamentos, pois boas relações entre as partes envolvidas facilitam o consenso do que é melhor para todos.

Entendemos que essa não é uma realidade fácil de ser alcançada, tendo em vista que essa não é uma prática tão comum na maioria das cidades brasileiras. Apesar disso, acreditamos que é possível alcançar tal objetivo através de mudanças nas ações realizadas nessas cidades, de forma que o foco, em relação ao que está sendo desenvolvido ou se pretende desenvolver, seja o de permitir que a sociedade tenha seus direitos cumpridos. Para que essa meta seja alcançada é imprescindível levar em consideração o Planejamento Participativo, que:

É a busca de uma visão múltipla, integrada e sustentável de desenvolvimento. Participação significa ser responsável não somente pelas decisões, mas também pela execução, fiscalização e avaliação. É um compromisso do governo com os cidadãos para a construção de uma cidade para todos, como espaço de bem estar, convivência e realização (PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXADÁ, 2009)².

A população tem um papel fundamental dentro do processo de criação e, principalmente, de atuação de políticas públicas, tendo em vista que ela é a maior interessada. É atuando em parceria com o poder público que se desenvolvem ações para toda coletividade, por meio disso é que as políticas públicas de esporte e lazer, de uma maneira geral, poderão atender ao que a sociedade mais anseia e precisa (BONALUME, 2007).

Com isso, acreditamos que essas políticas poderão então cumprir seu papel na sociedade, que nada mais é do que promover um lazer com mais qualidade e de caráter mais expressivo para todos os indivíduos.

4 CONTEXTUALIZANDO PARNAMIRIM, CIDADE “TRAMPOLIM DA VITÓRIA

Na época da expansão da aviação comercial pelo mundo, por volta de 1927, a França ensaia seus primeiros contatos com a América do Sul, para estabelecer intercâmbio transoceânico por via aérea. Nesse período, o piloto francês Paul Vachet sobrevoando a esquina do continente, Litoral do Rio Grande do Norte. Buscando uma área para a construção de um aeródromo, deparou-se com o “Tabuleiro Parnamirim”, nas proximidades de Natal.

Em 1943, o encontro dos presidentes Getúlio Vargas e Franklin Roosevelt estabeleceu a construção de uma Base Militar Americana. Com esses empreendimentos, toda a área periférica às Bases e a Rede Ferroviária, Great West, começou a receber pessoas de todos os recantos da região. Com o fim da Segunda Guerra, o Campo Parnamirim foi considerado pelas forças armadas “O Trampolim da Vitória”, isso porque daqui decolaram os aviões bombardeiros rumo à Europa, atravessando o Atlântico.

Em 3 de novembro de 1943, Parnamirim era considerada Vila de Natal, e em 23 de dezembro de 1948, quando se tornou mundialmente conhecida, foi elevada a Distrito de Natal. O distrito tomara corpo, e dez anos depois, já em 17 de dezembro de 1958, era criado o município de Parnamirim, cujo nome, de origem tupi-guarani, significa: rio-pequeno (parna - rio/mirim - pequeno), pela Lei 2.325 – 17/12/58, pelo então Governador Dinarte Mariz.

É um município de vocação aeroespacial – porque sedia as bases militares, um aeroporto internacional e o Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI) possui belas praias, como Cotovelo e Pirangi do Norte, bem como o Maior Cajueiro do Mundo, além de uma Rede Ferroviária que corta o município e também duas BRs, a 101, que liga o lugar ao Sul do país e a 304 que o liga ao Norte (GOMES, 2004).

4.1 Cohabinal: urbanização e progresso para o “Trampolim da Vitória”

Por cerca de três décadas – a partir da década de 1930, com as atividades nos campos dos franceses e entre 1942 e 1945, com a II Guerra – o traçado urbano de Parnamirim ocupou quase que somente a área correspondente hoje às proximidades da Lagoa de Antonio Pontes, aos bairros de Boa Esperança e Água Vermelha, ao Centro e à ex-Vila dos Sargentos e Sub-Oficiais. Nesse período houve mudanças importantes, como a construção do Mercado Público, em 1958, e como as obras de melhoramento da Rodovia Estadual RN 1, no ano seguinte. Na década posterior, o Governo Federal assumiu esta última obra, rebatizando-a de BR 101. Tendo em vista o progresso que a essa BR traria à cidade, foi construído um dos primeiros seus núcleos urbanos, a “Cooperativa Habitacional dos Servidores da Guarnição da Aeronáutica de Natal” (COHABINAL), criada no final do ano de 1966 com a transferência do Ministério da Aeronáutica para o Banco Nacional da Habitação de um terreno de 541.939,91 m² para a construção de residências destinadas aos servidores da Base Aérea de Natal. O projeto original previa a divisão da área transferida em 788 lotes residenciais, com 15 ruas e 16 travessas, um grupo escolar, um mercado público e uma caixa d'água. Uma vez concluído, o conjunto passaria a se chamar “Cidade Brigadeiro Eduardo Gomes”. As obras da segunda e da terceira etapa da COHABINAL se prolongaram por toda a década, hoje o bairro é um dos mais populosos e bem estruturados da cidade (PEIXOTO, 2003).

² O documento do referencial utilizado não continha numeração de página.

4.2 Pirangi de Dentro: uma “Nova Esperança” de um povo

A antiga zona de expansão do município de Parnamirim durante alguns anos foi denominada bairro “Pirangi de Dentro”; contudo, o então ex - prefeito Agnelo Alves, por meio da Mensagem nº 025/06-GP, manifesta o desejo de modificar essa denominação para Nova Esperança³. O ex-prefeito justifica tal aspiração como “forma de dar àquela comunidade uma identidade própria, individualizada [...]”.

Essa Mensagem foi encaminhada para a Câmara Municipal, juntamente com o Projeto de Lei nº 027/06, que apresentou o “objetivo sensitivo de materializar as ‘novas esperanças’ acalentadas por cada um dos integrantes daquele bairro que, com participação, esforço e sentimento coletivo vem buscando obter sempre novas conquistas no campo dos serviços, da infraestrutura e da qualidade de vida comunitária. Assim, a nova denominação proposta para o bairro de ‘Pirangi de Dentro’ nada mais é do que a materialização de suas intocadas esperanças de um futuro mais justo e mais promissor”.

No dia 11 de agosto de 2006, a Lei nº 1.310/2006 deu nova denominação ao bairro de Pirangi de Dentro. Em seu Art. 1º ela afirma: “o atual bairro de Pirangi de Dentro passa a denominar-se “Nova Esperança” (PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM, 2006)⁴.

5 CARACTERIZANDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER DE PARNAMIRIM NOS BAIRROS COHABINAL E NOVA ESPERANÇA

O entendimento de como ocorre a implementação e/ou manutenção de uma política pública de esporte e lazer implica uma análise de vários elementos. No decorrer desse estudo verificamos que na cidade de Parnamirim/RN as políticas públicas, de uma forma geral, estão relacionadas a ações que serão desenvolvidas no decorrer do mandato do Prefeito Municipal. Realidade confirmada pela audiência pública para debater o Plano Plurianual (PPA), ocorrida no ano de 2009.

Nessa cidade, de acordo com o coordenador de esporte e lazer, não há políticas públicas documentadas. No entender dele, as políticas públicas de esporte e lazer desenvolvidas no município são projetos que interagem diretamente com a comunidade, como a “Rua do Lazer”, escolinhas de futebol e ações que ocorrem em eventos esporádicos, como o Selo do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), ou Selo UNICEF Município Aprovado⁵.

Com referência às políticas públicas e ações de esporte e lazer desenvolvidas em Cohabinal e Nova Esperança, o coordenador afirma que nesse primeiro local há projetos a serem realizados nos espaços de lazer que lá existem. Já no segundo local, foi observado que as ações de políticas de esporte e lazer estão direcionadas para ações de cunho esportivo.

No que se refere às ações de esporte e lazer, o Presidente da Associação de Moradores da Cohabinal, afirma que não é de seu conhecimento o desenvolvimento de ações da secretaria no bairro. Em Nova Esperança a população não tem acesso/conhecimento sobre quem ou a que órgão deve se dirigir, com vistas a buscar ações e outras necessidades referentes ao esporte e ao lazer.

No que diz respeito canais de comunicação que a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer utiliza para se relacionar com a comunidade, foi notada a interlocução por meio de duas formas. Segundo o gestor esportivo, essa comunicação se dá principalmente por meio dos líderes esportivos das comunidades que vão até a secretaria. A segunda se dá por meio de outro funcionário dessa secretaria, que é o interlocutor entre a secretaria e as comunidades dos bairros.

No tocante aos diálogos entre a secretaria e os bairros de Cohabinal e Nova Esperança, foi observado que eles ocorrem por meio das lideranças, porém, segundo o presidente da associação da Cohabinal, não houve contato com a Secretaria de Esporte e Lazer. Em relação aos diálogos da população dos bairros para com a

³ Gostaríamos de ressaltar que em nosso estudo não foi possível obter informações sobre a origem, bem como sobre o processo de formação do bairro Nova Esperança. Apenas tivemos acesso aos documentos que consolidaram a mudança do nome Pirangi de Dentro para Nova Esperança.

⁴ O documento do referencial utilizado não continha numeração de página.

⁵ O Selo UNICEF Município Aprovado é um reconhecimento internacional que o município pode conquistar pelo resultado dos seus esforços na melhoria da qualidade de vida de crianças e adolescentes (SELO UNICEF MUNICÍPIO APROVADO, 2009).

secretaria de esporte e lazer, constatamos mais uma vez que eles também acontecem geralmente por meio das lideranças.

Verificamos que a secretaria ainda não promoveu fóruns e/ou debates referentes a políticas públicas para a comunidade. O que a secretaria de esporte e lazer faz, às vezes, são reuniões com os líderes esportivos. O presidente da associação de moradores da Cohabinal afirma que a população do bairro não participa de eventos desse tipo. No bairro de Nova Esperança, segundo o líder esportivo, a população também não participa de fóruns ou debates.

Em relação à participação popular no orçamento do município, foi observado que na secretaria de esporte e lazer essa participação se dá no contexto da realização de eventos esportivos. No bairro de Cohabinal, a realidade da participação no Orçamento Participativo mostra que há apenas a possibilidade de acontecer diálogos entre a população e o prefeito municipal. Em Nova Esperança, segundo o líder esportivo, a população não participa na forma como o orçamento destinado à secretaria será investido.

Nessa situação, é preciso que tanto as lideranças quanto o poder público despertem para a relevância de estabelecer diálogos que tratem dessas questões e que sejam fundamentados nos princípios políticos, para que o uso do dinheiro público seja aplicado de forma clara e para que as ações de esporte e lazer desenvolvidas no bairro estejam em conformidade com as reais necessidades da população.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas têm como objetivo assegurar, mediante a intervenção do poder público, o bom funcionamento da sociedade. Porém, no tocante às políticas de esporte e lazer, temos visto que as ações governamentais ainda não atendem ao que as populações necessitam e anseiam. Infelizmente, essas políticas ainda não têm sido totalmente privilegiadas no município de Parnamirim/RN, assim como não têm sido solidificadas nas políticas públicas de esfera municipal, pois não apresentam clareza dos princípios que as norteiam, ocasionando falta de consolidação na efetivação de atuações públicas que atendam adequadamente a população de Cohabinal e Nova Esperança.

Percebemos algumas fragilidades na forma de atuação da secretaria de esporte e lazer. Tanto na Cohabinal como na Nova Esperança as políticas públicas de esporte e lazer não estão pautadas em princípios, diretrizes e conceitos. Dessa forma, é importante ampliar as ações da SEMEL, que hoje estão arroladas em projetos de escolinhas, em ações que sejam norteadas pela política de atuação do Ministério do Esporte.

Os diálogos das comunidades estudadas com suas respectivas lideranças estão pautados, em sua maioria, no âmbito esportivo, da mesma forma como ocorre entre as lideranças e a secretaria, não havendo também participação das comunidades em fóruns/debates sobre políticas de esporte e lazer. Por esse motivo, entendemos que a secretaria de esporte e lazer deve promover esses fóruns/debates sobre políticas de esporte e lazer, a fim de que as populações dos bairros possam discutir e ter o conhecimento necessário sobre as políticas públicas de esporte e lazer.

Por fim, é aconselhável que a atual gestão do município de Parnamirim adote uma postura que contemple uma reestruturação do esporte e do lazer, investindo em profissionais capacitados nas áreas do lazer, da educação física e da saúde. Acreditamos que mediante tudo que foi exposto em relação a mudanças na forma de atuação da Cohabinal, da Nova Esperança e da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, será possível que as políticas públicas de esporte e lazer atuem junto às populações estudadas, suprimindo suas necessidades e anseios.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Sílvia Cristina Franco. O lazer (em sua manifestação esportiva) no orçamento participativo de Porto Alegre... Uma possibilidade para participação cidadã? **Revista Digital**. Buenos Aires, ano 10, n. 75, ago. 2004. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd75/lazer.htm>>. Acesso em: 27 jun. 2009.

BONALUME, Cláudia Regina. Controle social das políticas de esporte e lazer. In: MAIA, Lerson Fernando dos Santos; MENDES, Maria Isabel Brandão de Souza; OLIVEIRA, Marcus Vinícius de Faria. (Org.).

Poder público, terceiro setor e controle social: interfaces na construção de políticas de esportes e lazer. Natal: CEFET/RN, 2007. p. 77-97.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Momento histórico.** Brasília, 2004. Disponível em: <http://portal.esporte.gov.br/conferencianacional/1_conferencia/carta_brasilia.jsp>. Acesso em: 19 jun. 2009.

GOMES, Cláudio. **Parnamirim, o Trampolim da Vitória (Resumo Histórico).** Parnamirim, 2004. No prelo.

GONÇALVES, Flávio José Moreira; SOUZA, Paulo Rogério Areias de. O início do processo de redemocratização do Brasil após a ditadura militar: o nascimento de uma nova geração de direitos, vinte anos de constituição cidadã. In: **Âmbito Jurídico.** Rio Grande, v. 64, 1 maio 2009. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6239>. Acesso em: 2 out. 2009.

LIMA, Márcia Regina Canhoto de. **Paulo Freire e a administração escolar:** a busca de um sentido. Brasília: Liber Livro, 2007.

MENICUCCI, Telma. Políticas públicas de lazer: questões analíticas e desafios políticos. In: ISAYAMA, Hélder Ferreira; LINHALES, Meily Assbú (Org.). **Sobre lazer e política:** maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

PEIXOTO, Carlos. **A história de Parnamirim.** Natal: Z Comunicação, 2003.

PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. Inovação e avaliação: desafios para as políticas públicas de esporte e lazer. In: WERNECK, Christianne Luce Gomes; ISAYAMA, Hélder Ferreira. (Org.). **Lazer, recreação e educação física.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 243-264.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM. Lei nº 1.310 de 11 de agosto de 2006. **Gabinete Civil,** Parnamirim, RN, 11 ago. 2006.

_____. Mensagem nº 025 de 2 de agosto de 2006. Parnamirim, RN, 2 ago. 2006.

_____. Projeto de Lei nº 027 de 2 de agosto de 2006. Parnamirim, RN, 2 ago. 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXADÁ. **O que é planejamento participativo?** 2002-2009. Quixadá, [200-?]. Disponível em: <<http://www.quixada.ce.gov.br/noticias/noticia.asp?ID=764>>. Acesso em: 2 out. 2009.

SELO UNICEF MUNICÍPIO APROVADO. **O que é o Selo UNICEF.** [S.l.: UNICEF, 200-?] Disponível em: <<http://www.selounicef.org.br/2006/?op=1&k=1>>. Acesso em: 2 out. 2009.

SILVA, Evanildo Barbosa da. Orçamento Participativo no Brasil: Porto Alegre e Recife. In: BROSE, Markus. (Org.). **Metodologia participativa:** uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

WANSETTO, Rosilene. **Democratização e participação política:** uma utopia inatingível ou um processo realizável em ampliação?. [S.l.: s.n., 200-?]. Disponível em: <<http://www.mundodigital.unesp.br/sulamericana/materias/17democratizacaoeparticipacaopolitica-rosilenewansetto.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2009.

ZINGONI, Patrícia. Descentralização e participação em gestões municipais de esporte e lazer. In: WERNECK, Christianne Luce Gomes; ISAYAMA, Hélder Ferreira. (Org.). **Lazer, recreação e educação física.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 217-241.